

ARRECADÇÃO

Após reunir-se, ontem, com os presidentes da Câmara e do Senado, Haddad levará, hoje, ao presidente Lula, as alternativas à elevação do imposto



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Haddad foi recebido, ontem à noite, pelo presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), na Residência Oficial

A novela do IOF

» RAFAELA GONÇALVES
» ISRAEL MEDEIROS

Depois de duas semanas de ruído entre o Planalto, o Legislativo e o mercado financeiro, a solução para o decreto que elevou o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) veio ontem à noite, depois de uma reunião entre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB) e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP). A solução será apresentada hoje, pelo ministro Haddad, ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que embarca à noite para a França.

A alta do IOF, que gerou críticas no Congresso, será revista com foco na correção de distorções tributárias e na retomada de reformas estruturais, algumas já pleiteadas pelo governo. “Não preciso dos dez dias, sabemos o que precisa ser feito”, disse Haddad a jornalistas na manhã de ontem, ao comentar o prazo dado pelo Legislativo para o Executivo resolver a questão. “Os três presidentes (da República, da Câmara e do Senado) concluíram que vale a pena, nesta semana, antes da viagem do presidente, se debruçar sobre estas questões e tomar uma decisão”, completou.

De acordo com Haddad, há duas alternativas: “Uma é, com uma medida regulatória, resolver o problema de forma paliativa para cumprir as metas do ano. A outra, que interessa mais à Fazenda, é voltar para as reformas estruturais. Em 2023, várias foram feitas, nós ganhamos nota com as agências de risco, ganhamos prestígio, os investimentos voltaram”, afirmou. Ele classificou como produtivo o encontro com os presidentes da Câmara e do Senado, na semana passada, e garantiu que a reunião terminou em um acordo para o cumprimento das metas fiscais. Motta e Alcolumbre teriam mostrado disposição em “discutir medidas fiscais estruturais, não apenas soluções paliativas”.

“Os dois apresentaram formalmente para nós um conjunto de assuntos sobre os quais eles gostariam de tratar junto aos líderes. Isso tem uma sintonia muito grande com aquilo que a Fazenda já tem no seu menu de possibilidades. Houve uma confluência muito grande de propósitos”, enfatizou o ministro, que disse que fará o que for preciso para cumprir a meta

Cortes de gastos do Executivo

O que o governo já conseguiu cortar:

- » Bolsa Família, BPC— novas restrições para receber o benefício, como a obrigatoriedade da biometria e a atualização do cadastro no máximo a cada 24 meses.
- » Salário mínimo— mudança no reajuste para que seja “consistente” com o Orçamento da União. A regra de crescimento real acompanha o PIB, mas a variação real fica limitada pelo arcabouço fiscal;
- » Abono salarial— fixar a renda para acessar o benefício em R\$ 2.640 e corrigir o valor pelo INPC até chegar a 1,5 salário mínimo (previsão para 2035);
- » Desvinculação de receitas— prorrogadas até 2032. Permite que o governo tenha mais liberdade para usar recursos de dividendos, royalties e verbas de concessões;

- » Incentivos tributários— não poderão ser concedidos, ampliados ou prorrogados em caso de déficit primário.

O que ficou para trás:

- » Supersalários— o Congresso aprovou a limitação dos penduricalhos do Judiciário ao teto salarial já previsto na lei, mas deixou uma brecha que permite que os extras continuem sendo pagos enquanto não houver lei específica sobre o assunto;
- » Aposentadoria de militares— estabelecimento progressivo de idade mínima para a reserva remunerada, fim da morte fictícia e fim da transferência de pensão;
- » Taxas para os mais ricos— para compensar a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, prevista para começar em 2026.



Esse é o jogo que interessa ao país. Não simplesmente uma situação paliativa para resolver um problema de cumprimento da meta do ano, mas voltar para questões estruturais para dar conforto a qualquer governante. Tanto ao presidente Lula o ano que vem, como a quem for eleito o ano que vem, em uma perspectiva de mais longo prazo”

Fernando Haddad,
ministro da Fazenda

fiscal estabelecida para este ano. Apesar da “sintonia” descrita, ele reconheceu que a “última palavra é do Congresso”. Isso também ficou claro com uma fala do presidente Hugo Motta depois da reunião com Haddad na última semana. Motta publicou

em seu perfil no X logo depois da reunião e disse ter alertado o ministro de que o decreto do IOF seria derrubado pelo Congresso.

“Se houver uma compreensão de que é hora de avançar, eu acredito que vamos dar uma perspectiva muito mais sustentável, sem essas medidas paliativas”, destacou Haddad. “Esse é o jogo que interessa ao país. Não simplesmente uma situação paliativa para resolver um problema de cumprimento da meta do ano, mas voltar para questões estruturais para dar conforto a qualquer governante. Tanto ao presidente Lula o ano que vem, como a quem for eleito o ano que vem, em uma perspectiva de mais longo prazo”, disse o ministro.

Parlamentares de oposição já têm criticado o ritmo de gastos do Executivo desde o início da gestão Lula 3, mas foi depois do alerta dado pelos chefes do Legislativo de que o Congresso não resolveria a gastança da gestão petista que a coisa mudou de figura. Deputados do centrão ouvidos reservadamente pelo **Correio** dizem que é preciso avançar em reformas estruturais, como pontuou Haddad, mas desconversaram quando perguntados sobre a possibilidade de rever o montante reservado para emendas parlamentares.

Já entre os governistas, há apoio ao movimento de Haddad, especialmente no que diz respeito aos benefícios tributários. Na semana passada, o ministro da Fazenda disse, em um evento no Rio de Janeiro, que o governo descobriu uma “caixa preta” de R\$ 800 bilhões em isenções tributárias para

diversos setores. “Ao invés de oferecer uma alíquota média de tributos menor para todo mundo, a gente resolve escolher os campeões nacionais que levam o grosso do Orçamento. Aquele que paga imposto faz prejudicado por aquele que fez do lobby a sua profissão de fé”, disse Haddad, na ocasião.

“Ele está dizendo que o Brasil pode e deve resolver problemas que são crônicos, por exemplo, do gasto tributário. São R\$ 800 bilhões de isenção fiscal para inúmeros setores. Ora, é muito dinheiro, sendo que a gente precisa de vários recursos para resolver problemas de diversas políticas públicas”, disse o deputado Alencar Santana (PT-SP) ao **Correio**.

O problema é que as medidas de contenção de gastos com maior chance de passar no Congresso já foram aprovadas no pacote de cortes apresentado pelo governo em novembro do ano passado. Foi o caso do endurecimento das regras para concessão de benefícios sociais como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), a limitação do Abono Salarial, a desvinculação de receitas, entre outros.

Outros assuntos, mais espinhosos, serão difíceis de ser enfrentados no Congresso. Especialmente porque alguns dos cortes propostos pelo Executivo atingem diretamente alguns dos lobbies mais poderosos do Congresso, como o do Judiciário (no caso da limitação de supersalários), militares (no caso das mudanças na aposentadoria) e a taxa de quem ganha mais para bancar a isenção do Imposto de Renda até R\$ 5 mil.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Lula reafirma desejo de reeleição e teme vitória da oposição no Senado

“Se eu estiver bonitão do jeito que estou, apaixonado do jeito que estou e motivado do jeito que estou, a extrema-direita não volta a governar este país”, anunciou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, domingo, no congresso nacional do PSB, ao lado do prefeito do Recife, João Campos, que tomou posse no comando da legenda. Lula falou por quase uma hora, reafirmou seu projeto de reeleição e defendeu a união entre os dois partidos de esquerda em 2026.

Para bom entendedor, ao comparecer ao congresso do PSB, Lula sepultou as expectativas dos aliados de centro-esquerda de que pode renunciar ao vice-presidente Geraldo Alckmin na chapa da reeleição. Nos bastidores da base governista, aliados do MDB defendem a indicação do governador do Pará, Helder Barbalho, para o lugar do ex-governador paulista.

Mesmo antes da posse de João Campos no comando da legenda, a cúpula do PSB já havia manifestado a posição de que deseja a manutenção de Alckmin na vice. No seu primeiro discurso como presidente da legenda, Campos destacou que a aliança entre Lula e Alckmin é estratégica e foi fundamental para a vitória nas eleições presidenciais de 2022.

A grande preocupação de Lula revelada no encontro foi com a eleição ao Senado, onde a oposição tem reais condições de formar maioria, ainda que Lula seja reeleito. Formar essa maioria é um objetivo claro das articulações que estão sendo feitas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro.

Caso consiga formar maioria no Senado, a oposição tentará promover o impeachment de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). O principal alvo é o ministro Alexandre de Moraes, relator das ações que tramitam na Corte: sobre a organização de um golpe de Estado depois das eleições de 2022 e da que investiga a disseminação de fake news por extremistas de direita nas redes sociais.

“Precisamos eleger senadores da República. Precisamos ganhar a maioria do Senado, porque, senão, esses caras [bolsonaristas] vão avacalhar a Suprema Corte. Precisamos preservar as instituições que garantem a democracia neste país. Se alguém for destruir aquilo de que a gente não gosta, a gente não vai salvar nada”, disse Lula.

Embora os chamados “incumbentes” sejam favoritos quando disputam a reeleição, o próprio Lula, em 2022, mostrou que a vantagem estratégica de estar à frente do governo pode ser volatilizada numa campanha eleitoral polarizada, na qual a rejeição passa a ter um peso maior do que qualquer outro fator na decisão do eleitor.

Foi o que aconteceu com Bolsonaro ao final do primeiro mandato, sobretudo por causa de seu negacionismo antipandemia, principalmente durante a pandemia, e das suas atitudes antidemocráticas e misóginas, que afastaram do ex-presidente os setores liberais e a maioria do eleitorado feminino.

Polarização

Embora se considere “bonitão”, “apaixonado” e “motivado”, Lula está com seu favoritismo eleitoral em xeque, por causa do índice de desaprovção do governo e das articulações do empresariado paulista para que o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), seja candidato à Presidência.

Bolsonaro, que mantém sua candidatura mesmo estando inelutável, até agora, refugia a possibilidade de retirá-la em favor do governador paulista. Sem o apoio decisivo de Bolsonaro, Tarcísio não deixará o Palácio dos Bandeirantes para concorrer à reeleição contra Lula, apesar da possibilidade de obter o apoio de outros pré-candidatos de centro e de direita, como os governadores do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSD); de Goiás, Ronaldo Caiado (União); e de Minas, Romeu Zema (Novo). Sem Tarcísio, todos pretendem manter suas candidaturas.

Esse cenário aumenta as possibilidades de o ex-presidente Jair Bolsonaro levar ao segundo turno, sozinho, um candidato que tenha seu sobrenome, como a ex-primeira-dama Michele, que aparece competitiva nas pesquisas. Ou o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que está licenciado mas atua nos Estados Unidos junto a um Congresso norte-americano, contra o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes.

Esse cenário polarizado dificulta a chegada de um candidato de terceira via ao segundo turno. Mesmo sendo réu no processo da tentativa de golpe de estado de 8 de janeiro de 2023, o Bolsonaro continua percorrendo o país e articula candidaturas aos governos estaduais e ao Senado. Com a polarização, a defesa da democracia será uma linha divisória inescapável no segundo turno.

Não foi à toa que o novo presidente do PSB, em seu discurso, foi enfático quanto à posição do partido em apoio ao governo: “Não existe partido sem democracia. Não existe justiça social sem democracia. E é papel de quem compreende isso ajudar a fazer um governo dar certo e ajudar a vencer uma eleição importante e estratégica, como será a de 2026. Não vamos titubear. Não vamos brincar com nada disso em nenhum estado brasileiro”, salientou.

Campos é um ator político que defende a ampliação das alianças eleitorais de Lula para além das forças de esquerda: “Vamos trazer quem pensa diferente. Vamos trazer quem quer fazer o bem, mas não sabe como. Vamos mostrar que o nosso partido está pronto para colher uma grande frente política e vamos consolidar uma vitória democrática nos estados brasileiros e no nosso país, em 2026, ao lado do presidente Lula”, disse.